



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

99 B

077

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0199087-2

COMARCA: Recife ✓

APELANTE: Maria Marcina Silva Barbosa

APELADOS: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores
do Estado de Pernambuco e IRH - Instituto de Recursos Humanos
do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

546

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. VIÚVA. DIREITO À PERCEPÇÃO DA INTEGRALIDADE DA PENSÃO E ÀS DIFERENÇAS ACUMULADAS E NÃO PAGAS. PROCEDÊNCIA DO APELO. 1. Afastada a extinção do feito, por ausência de prova pré-constituída, decretada em primeiro grau, eis que a apelante juntou à inicial certidão indicativa de quanto o seu falecido marido estaria recebendo, se na ativa estivesse, além dos documentos comprobatórios da sua condição de viúva de servidor público estadual, os quais são suficientes à viabilidade da impetração, posto que assentam toda a matéria fática relevante ao desfecho da lide. 2. Aplicação, em seqüência, do permissivo encartado no art. 515, § 3º, do CPC. 3. Ainda no plano processual, afastou-se a preliminar de decadência do direito de ação da impetrante/apelante, tendo em vista tratar-se de prestações de trato sucessivo, caso em que o prazo decadencial renova-se a cada mês, com o recebimento a menor de seu benefício de pensão por morte. 4. No plano de fundo, anotou-se que a garantia constitucional de percepção de pensão integral (para os que adquiriram o direito até a ECF nº 41/2003) à viúva de servidor público é **auto-aplicável, obrigatória e cogente** para todos os entes federados. 5. É pacífico o direito à percepção da comumente denominada pensão integral, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito (aplicável ao caso vertente, porquanto harmônico com o princípio do *tempus regit actum*) e precedentes jurisprudenciais deste Egrégio Tribunal de Justiça. 6. Por outro lado, observou-se que a impetrante/apelante instruiu a inicial com a certidão de fls. 16 (a qual noticia os valores dos vencimentos/proventos que o ex-segurado receberia se vivo estivesse), com a qual pretende configurar o ato lesivo ao seu direito à integralidade, mediante o cotejo do demonstrativo de pagamento de sua pensão (fls. 17) e a respectiva certidão emitida pelo ente ao qual era o respectivo instituidor vinculado. 7. Inequívoca, pois, a violação do direito à integralidade/paridade da pensão por morte cabível à apelante. 8. Apelo provido, em ordem a (i) afastar o comando sentencial de extinção do processo sem resolução do mérito, e, em seqüência, mediante aplicação do direito à espécie (com fulcro no art. 515, § 3º, do CPC), (ii) conceder a segurança, assegurando-se à impetrante/apelante o direito à percepção de pensão integral e paritária, com efeitos financeiros a partir da impetração. 9. Sem honorários advocatícios, nos termos da Súmula 512 do STF.

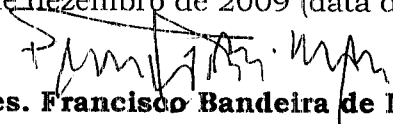
13

ACÓRDÃO

14
07/ 100 13

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0199087-2, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em afastar o decreto de extinção do processo por impossibilidade jurídica, e, aplicando-se o direito à espécie, com base no art. 515, § 30, do CPC, em rejeitar a preliminar de decadência do direito de ação da impetrante/apelante e, no mérito, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

079 93
C

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0199087-2

COMARCA: Recife

APELANTE: Maria Marcina Silva Barbosa

APELADOS: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do
Estado de Pernambuco e IRH - Instituto de Recursos Humanos do
Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença proferida nos autos do **Mandado de Segurança** nº 001.2006.033911-0, que indeferiu a petição inicial sob o fundamento de ausência de direito líquido e certo, e extinguiu o processo sem julgamento do mérito.

Na ação em tela, pleiteia a impetrante/apelante, viúva de ex-servidor estadual, a percepção da integralidade de seu benefício de pensão por morte, no montante correspondente à totalidade dos vencimentos/proventos que perceberia o seu falecido marido se vivo fosse (fls.16), conforme preceituam o art. 40, § 7º e 8º, da CF/88 e o art. 1º, VIII, da Lei Complementar Estadual nº 16/1996, e bem assim a percepção das diferenças acumuladas e alegadamente não pagas pelos institutos previdenciários, com efeito a contar da impetração do presente *writ*.

Nesta sede recursal (fls.55/65), reitera a impetrante/apelante os termos da exordial e pugna pela reforma da sentença vergastada, eis que já restariam acostados aos autos os documentos essenciais à impetração do presente *mandamus* e à comprovação de seu direito líquido e certo à percepção da integralidade da pensão em lume.

Em suas contra-razões (fls. 69/85), argui a FUNAPE: (i) a ausência de prova pré-constituída, e, via de consequência, de direito líquido e certo a ensejar a impetração do presente *mandamus*; (ii) a decadência do direito de ação da impetrante/apelante, visto que desde a edição da Lei Estadual nº 11.568/98 o percentual da Gratificação de Função Policial restaria majorado para 225% do salário base, sendo certo que o ajuizamento da ação em lume apenas se deu em 28.08.2006; (iii) que a referida lei seria aplicável somente aos agentes policiais civis, razão pela qual a referida gratificação, tal como estabelecida, não seria extensível aos proventos/vencimentos dos delegados de polícia, peritos criminais, médicos legistas, e seus respectivos dependentes/pensionistas, cujas categorias necessitariam de lei específica para a concessão de aumento, além de prévia dotação orçamentária; e (iv) que o acolhimento do pleito em apreço importaria em violação ao princípio da separação dos poderes.

É o relatório.



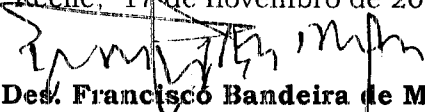
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

94
080
C

Tendo em vista tratar-se de recurso em sede de mandado de segurança, desnecessária a revisão.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 17 de novembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

101 F

081

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0199087-2

COMARCA: Recife

APELANTE: Maria Marcina Silva Barbosa

APELADOS: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do
Estado de Pernambuco e IRH - Instituto de Recursos Humanos do
Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, o Juízo *a quo* extinguiu o processo sem julgamento de mérito com arrimo no art. 267 do CPC, por ausência de prova pré-constituída.

Afasto, logo de proêmio, a extinção do feito a esse título, decretada pelo Juízo singular, eis que a apelante juntou à inicial (fl. 16) certidão indicativa de quanto o seu falecido marido estaria recebendo, se na ativa estivesse.

Para além disso, acostou documentos comprobatórios da sua condição de viúva de servidor público estadual (fls. 17/18).

Ditos documentos são suficiente à viabilidade da impetração, posto que assentam toda a matéria fática relevante ao desfecho da lide.

Por isso, com base no permissivo encartado no art. 515, § 3º, do CPC, prossigo na análise das demais questões postas nos autos.

Ainda no plano processual, afasto a preliminar de decadência do direito de ação da impetrante/apelante, tendo em vista tratar-se de prestações de trato sucessivo, caso em que o prazo decadencial renova-se a cada mês, com o recebimento a menor de seu benefício de pensão por morte.

No plano de fundo, anoto que a garantia constitucional de percepção de pensão integral (para os que adquiriram o direito até a ECF nº 41/2003) à viúva de servidor público é **auto-aplicável, obrigatória e cogente** para todos os entes federados.

Note-se, bem a propósito, o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito (aplicável ao caso vertente, porquanto harmônico com o princípio do *tempus regit actum*):

EMENTA "1. Pensão por morte de servidor público (CF, art. 40, § 5º): interpretação. Na interpretação do art. 40, § 5º, da Constituição firmou-se o entendimento do STF, a partir do MI 211, RTJ 157/411, no sentido de que é norma auto-aplicável, que assegura a plena correspondência de valores entre a pensão deixada por servidor público falecido e o que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

102 B

082

este servidor percebia em atividade. A parte final do dispositivo - "até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior" - não constitui óbice à fruição do benefício, vez que a locução diz respeito ao teto da remuneração de que trata o art. 37, XI, da Constituição.

2. Recurso extraordinário: descabimento: questão relativa à incorporação de gratificações à pensão do servidor falecido, que demanda a interpretação de direito local (Súmula 280), além de ausente o prequestionamento do art. 37 da Constituição Federal (Súmulas 282 e 356)". RE-AgR 334733/CE, Relator(a) : Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Julgamento: 21/09/2004, Órgão Julgador : Primeira Turma.

EMENTA:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO INTEGRAL. AUTO-APLICABILIDADE: ART. 40, § 4º E § 5º, C.F. I. - A norma do art. 40, § 4º e § 5º, da Constituição Federal é de eficácia plena e aplicabilidade imediata. II. - Precedentes do STF: MMII 211/DF e 263/DF, MS 21.521/CE, RREE 161.224/CE, 179.646/MG, 140.863/AM, MI 274-AgR/DF e AI 221.703-AgR/SP, por mim relatado, "D.J." de 18.12.1998, inter plures. III. - Agravo não provido." AI-AgR 494387/SP, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Julgamento: 20/04/2004, Órgão Julgador: Segunda Turma.

Com efeito, a matéria em análise resta de todo pacificada também perante este Tribunal de Justiça, consoante se vê, exemplificativamente, do aresto seguinte:

EMENTA. "CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO - ART. 40, § 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - APLICABILIDADE QUE INDEPENDE DE REGULAMENTAÇÃO - PENSÃO POR MORTE INTEGRALIDADE QUE DEVE CORRESPONDER AOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS DO SERVIDOR FALECIDO - DIFERENÇAS DEVIDAS - A pensão por morte de servidor público falecido deve corresponder à totalidade dos seus vencimentos ou proventos, por força do disposto no art. 40, § 5º, da Constituição Federal, por ser este dispositivo auto aplicável, independendo de lei estadual regulamentadora. São devidas as diferenças não pagas. Preliminar de prescrição rejeitada indiscrepantemente. Apelo provido, por unanimidade de votos." (Apelação Cível Nº 79927-3, Segunda Câmara Cível, em 30.04.2002, Des.Relator Santiago Reis)

EMENTA. "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - PENSÃO PREVIDENCIÁRIA. DIREITO À PERCEPÇÃO À INTEGRALIDADE DA PENSÃO. 1. O benefício da pensão por morte deve corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

103 B
023

servidor falecido. É o que estabelece a norma auto-aplicável do parágrafo 5º, do art. 40 da Constituição Federal, em sua redação original. 2. Improvimento do reexame necessário. Prejudicado o voluntário. Decisão unânime". (Apelação Cível Nº 56923-7, 7ª Câmara Cível, em 04.04.2006, Des. Fernando Cerqueira).

Por outro lado, observa-se que a impetrante/apelante instruiu a inicial com a certidão de fls. 16, a qual notícia os valores dos vencimentos/proventos que o ex-segurado receberia se vivo estivesse.

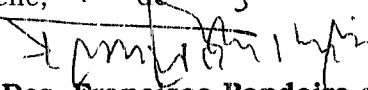
Pretende, dessarte, configurar o ato lesivo ao seu direito à integralidade, mediante o cotejo do demonstrativo de pagamento de sua pensão (fls. 17) e a respectiva certidão emitida pelo ente ao qual era o respectivo instituidor vinculado.

Tenho, pois, por inequívoca a violação do direito à integralidade/paridade da pensão por morte a ela cabível.

Ante o exposto, **dou provimento à apelação**, em ordem a (i) afastar o comando sentencial de extinção do processo sem resolução do mérito, e, em seqüência, mediante aplicação do direito à espécie (com fulcro no art. 515, § 3º, do CPC), (ii) **conceder a segurança**, assegurando à impetrante/apelante o direito à percepção de pensão integral e paritária, com efeitos financeiros a partir da impetração.

Sem honorários, nos termos da Súmula 512 do STF.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator